



Fotos: Gerardo Magela e Edilson Rodrigues/Agência Senado

Flávio Arns e Alvaro Dias, Hélio José e Elsita Campos da Paz, Lúcia Braga e Roberto Rocha, Fernando Gomide e Raul Botelho, Helena Werneck e Flávia Poppe: comenda foi concedida em sessão especial

## Senado homenageia defensores das pessoas com deficiência

Comenda Dorina Nowill, em sua segunda edição, foi entregue ontem a cinco pessoas que trabalharam pela inclusão e a acessibilidade no país

Cinco homenageados reconhecidos pelo trabalho em favor das pessoas com deficiência receberam ontem a Comenda Dorina Nowill: o fundador da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Aloysio Campos da Paz (in memoriam), a presidente da Associação das

Pioneiras Sociais da Rede Sarah, Lúcia Braga, o presidente da Associação Brasileira de Amparo ao Fibrocístico, Fernando Gomide, o ex-senador Flávio Arns e a arquiteta Helena Werneck. Senadores e homenageados ou seus representantes destacaram a importância de se garantir a acessi-

bilidade no país. A sessão especial marcou o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, 21 de setembro. A homenagem recebe o nome da educadora Dorina (1919-2010), que era cega e, em 1948, trouxe para o Brasil um maquinário completo para impressão em braile. 4



Pedro Franco/Agência Senado

Lucas Galvan e Paulo Carneiro ouvem Ângelo Paccelli em audiência pública presidida por Pedro Chaves (2º à esq.)

### Debate aponta risco do plantio de soja no Pantanal

De acordo com especialistas ouvidos ontem em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, a cultura da soja já avança na parte mais alta da Bacia do Alto Paraguai, com reflexos no ecoturismo, causando assoreamento de rios e prejuízos à biodiversidade da região. Monoculturas e pastagens impactam o regime

hidrológico responsável pela sustentabilidade do bioma, afirmaram debatedores. Presidindo a reunião, o senador Pedro Chaves alertou para a necessidade de elaborar uma legislação consistente, capaz de proteger o Pantanal e promover o que chamou de “conciliação com a produção agropecuária”. 3

### Novo projeto de lei aumenta rigor contra caixa dois

Preocupado com a decisão da Câmara de adiar a votação do projeto baseado na campanha 10 Medidas contra a Corrupção, do Ministério Público Federal, o senador Telmário Mota anunciou que apresentará uma série de projetos de lei inspirados nas sugestões dos procuradores da República para reprimir fraudes nas eleições e no poder público. Ele apresentou na terça-feira a primeira proposta, que prevê que os partidos, e não mais apenas as pessoas físicas, sejam responsabilizados pelo crime de caixa dois. 2



Alex Ferreira/CD - 29/03/2016

A proposta do Senado se baseia em projeto de iniciativa popular que chegou ao Congresso com 2 milhões de assinaturas

### Teto de gastos e Previdência são as prioridades, diz Rose

A líder do governo no Congresso, Rose de Freitas, disse ser preciso que deputados e senadores se unam em torno de propostas importantes para o país, principalmente o ajuste fiscal.

A declaração foi dada em entrevista aos veículos de comunicação do Senado. Entre as prioridades do governo, estão, segundo Rose, a proposta de emenda à

Constituição que estabelece um limite de gastos para a União e a proposta de reforma da Previdência, que deve chegar ao Congresso ainda este ano.

— A PEC é urgentíssima, o governo vai cortar na própria carne para fazer os ajustes necessários. Mas terá de ser flexível para aceitar alguma mudança que os parlamentares ou a sociedade reivindicarem. 3



Aloneira Mariz/Agência Senado

Para Rose, Câmara e Senado precisam ajudar o governo neste momento

**Eleições municipais receberão mais R\$ 150 milhões 2**

**Rádio Senado fala sobre relações com nações vizinhas 2**



Jefferson Rony/Agência Senado



Proposta de Telmário é baseada em sugestões do Ministério Público que tiveram apoio de 2 milhões de cidadãos

## Medidas contra corrupção inspiram projeto do Senado

Telmário apresentou primeira de uma série de propostas baseadas nas dez sugestões feitas pelo Ministério Público Federal. Senador tomou iniciativa após Câmara adiar votação de texto original

COM A DECISÃO da Câmara dos Deputados de adiar a votação da proposta inspirada nas medidas contra a corrupção sugeridas pelo Ministério Público Federal, o senador Telmário Mota (PDT-RR) decidiu apresentar uma série de projetos de lei com o mesmo teor. O primeiro deles, apresentado na terça-feira, criminaliza a prática de caixa dois (doação de campanha não declarada à Justiça Eleitoral).

O projeto (PLS 348/2016) será votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Sendo aprovado lá e não havendo recurso para votação no Plenário, irá diretamente

para a Câmara dos Deputados.

Pela proposta de Telmário, a manutenção, a movimentação ou a utilização de qualquer recurso que esteja fora da contabilidade eleitoral será punida com até cinco anos de prisão.

O crime de caixa dois poderá alcançar candidatos e tesoureiros dos partidos e das coligações. A pena será aumentada em até dois terços se envolver político ou agente público.

A punição será mais dura — até dez anos de prisão e multa — no caso de ocultação ou dissimulação para fins eleitorais sobre a origem, a localização, a movimentação ou a propriedade dos valores.

O PLS 348/2016 também permite a utilização de inquérito civil nas investigações eleitorais. A proposta mantém no âmbito da Justiça Eleitoral o processo e o julgamento da responsabilidade dos partidos pelo crime de caixa dois e reconhece a legitimidade do Ministério Público Eleitoral para promover a ação de responsabilização dos partidos políticos.

A apuração das condutas ilícitas deverá ser conduzida pelo Ministério Público Eleitoral no prazo de 180 dias, prorrogáveis mediante justificativa. Nessa etapa, poderão ser ouvidas testemunhas, requisitados documentos e requeridas as medidas judiciais necessárias para a investigação, inclusive as de natureza cautelar. No âmbito dos tribunais, o processo será instruído pelo juiz ou ministro corregedor.

### Iniciativa popular

O que deu origem à proposta em análise na Câmara foi um projeto de iniciativa popular que chegou ao Congresso Nacional após conseguir a assinatura de mais de 2 milhões de pessoas. O apoio foi conseguido graças à campanha Dez Medidas contra a Corrupção, lançada pelos procuradores da República integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato, que investiga o esquema de desvio de verbas da Petrobras.

### É preciso respeitar a vontade popular de moralização da política, diz Telmário

Segundo o senador Telmário Mota, as medidas contra a corrupção propostas pelo Ministério Público avançam de forma lenta na Câmara dos Deputados, “o que significa imenso desprezo pela vontade popular de moralização na política”. Ele pretende transformar cada uma das medidas em lei.

O PLS 348/2016 é o primeiro dos projetos. Além da criminalização do caixa dois, a proposta responsabiliza os partidos políticos

por atos de corrupção praticados em seu benefício e fortalece a atuação do Ministério Público na investigação de crimes eleitorais.

Na segunda-feira, uma emenda ao projeto em análise na Câmara que disciplina o financiamento de campanha (PL 1210/2007) acabava por abrir brecha para anistiar quem fez uso de contribuições ilegais em eleições anteriores. O texto foi retirado de pauta após pressão de deputados contrários à proposta.

## Lei amplia verbas para eleições municipais em R\$ 150 milhões

A Justiça Eleitoral vai receber crédito extraordinário de R\$ 150 milhões, de acordo com a Lei 13.339/2016, promulgada pelo Congresso e publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A lei tem origem na Medida Provisória 730/2016. Os recursos vão complementar a dotação já destinada às eleições municipais deste ano pelo Orçamento federal.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a maior parte do dinheiro será repassada aos tribunais regionais (TRES) para despesas de custeio.

Os recursos também cobrirão gastos das Forças Armadas com apoio logístico e segurança, a fabricação e o deslocamento de urnas eletrônicas e a compra de antenas de transmissão de dados.

## Filme de servidores do Senado compete no Festival de Brasília

Um dos dez inscritos na 49ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, que começou ontem, o longa-metragem *Malícia* é dirigido por Argemiro Figueiredo Neto, servidor da TV Senado.

O filme trata da privacidade na internet. O diretor, conhecido como Jimi, é designer gráfico no Serviço de Multiprogramação da TV. Ricardo Alagemovits, da Secretaria

de Gestão de Informação e Documentação, é coprodutor.

O longa-metragem conta a história de um homem que, após se separar da esposa, continua a espionar a vida dela pelo Facebook. Ele faz isso também com a atual mulher, antes sua amante.

Assis, músico e jornalista da TV Senado, participa do longa com duas canções: *Um Pouco de Sol* e *Escorregadia*.

## Rádio transmite programa sobre relações com nações vizinhas

Amanhã e neste fim de semana, a Rádio Senado apresenta a reportagem especial “Canto para nossa terra”. O programa trata de processos para integração da América Latina, como o Mercosul, a Aliança do Pacífico e negociações com a União Europeia.

Entre os entrevistados, estão o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE),

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o presidente da Representação Brasileira no Parlasul, Roberto Requião (PMDB-PR), Simone Tebet (PMDB-MS), Valdir Raupp (PMDB-RO) e os jornalistas Beto Almeida e Marcos Magalhães.

**CANTO PARA NOSSA TERRA**  
• amanhã às 18h, sábado às 10h e domingo às 17h

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CE Estatuto do Torcedor

10h30 A Comissão de Educação, Cultura e Esporte faz audiência pública para discutir o Estatuto de Defesa do Torcedor. Entre os convidados, representante do Ministério do Esporte.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor em exercício:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burl  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Limitar gastos é urgente, diz líder do governo

A senadora Rose de Freitas também afirmou, em entrevista, que a proposta de reforma da Previdência deve ser enviada pelo Executivo ainda este ano e aprovada no primeiro semestre de 2017

EM ENTREVISTA AOS meios de comunicação do Senado, a líder do governo no Congresso, Rose de Freitas (PMDB-ES), alertou para a necessidade de união entre deputados e senadores e entre as duas Casas legislativas para que as propostas que busquem colocar o país nos trilhos possam tramitar de maneira tranquila e célere, principalmente quando se fala em ajuste fiscal.

— Estamos vivendo uma fase em que é muito importante que as duas Casas coadunem esforços para ajudar o governo. Nada acontecerá se não houver esse esforço conjunto. A preocupação maior como líder do governo é que a gente consiga construir essa pauta falando uma língua só, a língua da sociedade e do Executivo, com projetos em consonância com a sociedade, é preciso interlocução entre a classe política. O país, desta vez, tem dois caminhos: acertar ou acertar.

## Ajuste fiscal

A senadora afirmou que a votação da proposta de emenda à Constituição que estabelece um limite de gastos para a União é uma das prioridades do governo Michel Temer

até o fim do ano. Além disso, segundo ela, o Executivo deve iniciar as negociações para enviar a proposta de reforma da Previdência ao Parlamento ainda em 2016, com esperanças de aprová-la já no primeiro semestre do próximo ano.

— A PEC é urgentíssima, é uma leitura que a sociedade vai ter de que o governo está cortando na própria carne para fazer os ajustes necessários. Tem que ser votada neste ano, mas o governo terá de ser flexível para aceitar alguma mudança que os parlamentares ou a sociedade reivindicarem — alertou.

O texto (PEC 241/2016, na Câmara) limita as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pela inflação oficial (IPCA). A cada ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vai definir, com base na regra, o limite orçamentário dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Ministério Público Federal da União (MPU) e Defensoria Pública da União (DPU). A regra deverá vigorar por 20 anos.

Outro desafio é a polêmica reforma da Previdência.

— Teremos barulho e posições contrárias — avisou.



Na opinião de Rose de Freitas, as justificativas sobre a reforma da Previdência precisam chegar com clareza à população

De acordo com ela, o governo tem a obrigação de explicar para a população, de maneira clara, como será a reforma e quais as razões de ela ter de ser feita.

— É preciso que o governo explique como a Previdência pode ficar se não houver uma reforma, não para subtrair direitos, mas para aperfeiçoá-la. A proposta de reforma deve chegar ainda este ano, após o governo debater com a base aliada, centrais sindicais e outros setores da sociedade — assinalou a senadora.

## Reforma polêmica

Um dos pontos mais polêmicos da futura reforma não

é muito bem visto pela líder do governo: uma possível unificação de idade mínima de aposentadoria em 65 anos tanto para homens quanto para mulheres. Isso vai enfrentar forte resistência, tanto dentro quanto fora do Parlamento, alertou a senadora.

— Eu não aceito, e o ministro [da Fazenda] Henrique Meirelles pode pular “fininho”, essa questão de que homens e mulheres são iguais. A carga de trabalho em casa é muito maior, a frente de trabalho da mulher é muito ampla, quando falam de igualdade não tem nem condições de pensar, não dá para aceitar — afirmou.

Antes de teto de gastos e

reforma da Previdência, deputados e senadores terão de concluir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, reforçou Rose de Freitas.

A senadora confirmou que haverá esforço concentrado dos parlamentares em 4 de outubro, com sessão do Congresso Nacional para votar os destaques à LDO, oito vetos presidenciais e vários créditos adicionais, entre eles o que autoriza crédito de R\$ 702,5 milhões para a administração financeira do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e para realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

# Cultivo de soja ameaça o Pantanal, afirmam especialistas em audiência

O regime sazonal de inundação da planície do Pantanal impede o plantio de soja, por falta de tecnologia para o cultivo do grão na terra alagada, resultado das cheias do Rio Paraguai. No entanto, a cultura já avança na parte mais alta da bacia, com reflexos no ecoturismo, causando assoreamento de rios e prejuízos à biodiversidade da região, alertaram especialistas que participaram ontem de debate na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O Pantanal ocupa a região baixa da Bacia do Alto Paraguai. A parte mais elevada está cada vez mais ocupada por monoculturas e pastagens, impactando o regime hidrológico responsável pela sustentabilidade do bioma. Na planície inundada, pecuária e turismo ecológico se adaptaram às cheias e secas da bacia, em equilíbrio com a fauna nativa, como afirmou o presidente do Instituto SOS Pantanal, Roberto Klabin.

— O Pantanal é hoje um destino mundial para observação de fauna silvestre, que atrai turistas para apreciar aqui o que está desaparecendo no mundo todo, ou seja, uma natureza em harmonia com atividades humanas locais.

Como explicou o diretor-executivo do instituto, Felipe Dias, o volume de chuvas na planície é menor que no planalto, sendo que parte significativa do bioma é considerada de clima subtúmido com tendência a semiárido, com grande dependência da água proveniente da parte alta da bacia.

Esse fato, frisou ele, torna ainda mais preocupante o avanço da soja.

## Biodiversidade menor

O presidente do Instituto Homem Pantaneiro, Ângelo Paccelli Rabelo, observou a relação entre planalto e planície, ao afirmar que a ocupação de locais estratégicos na parte alta está provocando danos irreversíveis na planície, como redução de biodiversidade e comprometimento de nascentes.

O diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Paulo Carneiro, disse ser preciso conter a ocupação agrícola de áreas mais sensíveis, para evitar efeitos ambientais que podem levar à destruição do Pantanal.

Coordenador-Geral de Autorização

do Uso da Flora e Floresta do Ibama, André Sócrates Teixeira confirmou o crescimento do desmatamento na região, mas disse não ser possível identificar se as novas áreas são autorizadas ou irregulares. Como informou, o órgão está implantando um sistema nacional que permitirá tal identificação, mas a prioridade é a Amazônia.

Para o diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, Ricardo Eboli, há uma concentração de políticas na Floresta Amazônica, em detrimento dos demais biomas.

— O governo federal tem sido omissivo com o Pantanal. Precisamos “pantanalizar” as políticas públicas, só se fala em Amazônia, não há política de sustentabilidade para o nosso Pantanal.

Para Eboli, o problema da região não

é especificamente a soja ou outra cultura, mas a persistência de práticas que resultam na destruição e contaminação do solo. Ele citou o assoreamento do Rio Taquari, um desastre ambiental de grandes proporções, causado pela não adoção de práticas conservacionistas.

A elaboração de uma legislação capaz de proteger o Pantanal e promover a “conciliação com a produção agropecuária” foi destacada por Pedro Chaves (PSC-MS), que presidiu a audiência.

— Vamos continuar lutando para que tenhamos uma legislação consistente.

## Modernização tecnológica

Conforme o diretor técnico da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), Luiz Nery Ribas, as lavouras têm sido feitas conforme orientação da pesquisa, utilizando as técnicas de plantio direto e a integração lavoura-pecuária, sistemas que protegem o solo e reduzem o impacto da água da chuva, evitando a erosão e o assoreamento dos rios.

— Temos notado o aumento de espécies da fauna e da flora, pois temos alimento o ano todo.

No mesmo sentido, o diretor-executivo da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Lucas Galvan, lembrou que três unidades da Embrapa estão sediadas no estado, orientando as atividades na perspectiva de combinação de produção e proteção ambiental.



Prejuízo ao turismo foi um dos pontos abordados na audiência presidida por Pedro Chaves (2º à esq.)



# Senado reforça luta pela inclusão

Comenda Dorina Nowill homenageia trabalho de profissionais em prol das pessoas com deficiência, como o fundador da Rede Sarah

O SENADO CONFERIU ontem a Comenda Dorina Nowill a cinco pessoas reconhecidas pelo trabalho em prol das pessoas com deficiência. São eles o fundador da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Aloysio Campos da Paz (in memoriam), a presidente da Associação das Pioneiras Sociais da Rede Sarah, Lúcia Braga, o presidente da Associação Brasileira de Amparo ao Fibrocístico e servidor do Senado, Fernando Gomide, o ex-senador Flavio Arns e a arquiteta Helena Werneck.

A sessão especial marcou o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, celebrado em 21 de setembro.

— Temos na Câmara dos Deputados e no Senado vários parlamentares e grupos de apoio comprometidos com a causa das pessoas com deficiência. A atuação parlamentar culminou na aprovação no Congresso Nacional do Estatuto da Pessoa com Deficiência — afirmou Hélio José (PMDB-DF), que presidiu a sessão.

Valdir Raupp (PMDB-RO) utilizou o exemplo das Paralimpíadas de 2016 para demonstrar o quanto a deficiência pode se traduzir em esperança e excelência. Os atletas, com diversos graus de deficiência, levaram o país à melhor posição já alcançada nos Jogos Paralímpicos.

— Testemunhamos a força da superação, nos convencemos do real valor das pessoas com deficiência — disse.

Para Raupp, apesar de o Brasil ainda estar longe da inclusão completa, o trabalho de pessoas como Dorina Nowill é crucial para dar autonomia aos cidadãos com deficiência. Ele também destacou a importância das Apaes.

— A entrega da comenda marca o reconhecimento do Senado e de toda a sociedade brasileira, e a luta de todos os que se comprometeram a fazer a inclusão das pessoas com deficiência — afirmou.

Cristovam Buarque (PPS-DF) lembrou que o tratamento



Os senadores Cristovam Buarque (E) e Hélio José (4º à dir.) entre os agraciados e participantes da sessão especial

respeitoso aos portadores de deficiência física ou mental é uma característica do século 21 e pode ser confirmado nas Paralimpíadas, quando as crianças puderam ver que existem diferentes tipos de heróis.

— Fico feliz de poder dizer que a diferença pode ser vista com normalidade. Os que têm deficiências são normais, e esse é um desafio que temos: garantir que ninguém seja anormal por falta de apoio para construir sua normalidade — ressaltou.

Alvaro Dias (PV-PR) destacou a importância de garantir às pessoas com deficiência o acesso aos bens da sociedade: educação, saúde, trabalho, remuneração digna e inclusão no mercado de trabalho. Para garantir a inclusão e o pleno emprego, é preciso atualizar as leis referentes ao trabalho à luz da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2016) e da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi referendada pelo Brasil no ano de 2009.

## Agraciados

Primeiro a receber a comenda, o ex-senador Flávio Arns exaltou a figura de Dorina Nowill como uma pessoa batalhadora e destacou o trabalho do Senado a favor das pessoas com deficiência.

— O Senado tem compromisso para que a cidadania, os

direitos humanos, as oportunidades aconteçam — disse.

O diretor da Associação Brasileira de Apoio ao Fibrocístico, Fernando Gomide, lembrou as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com doenças raras para obter medicamento e tratamento, tanto do sistema público quanto dos hospitais privados e planos de saúde.

— As empresas de seguro e de medicamentos não podem adotar a mão do mercado e a busca pelo lucro como timoneiras nas relações com seus segurados — afirmou.

Ele também criticou a demonização da chamada “judicialização” da saúde. A imprensa, segundo acusou, se fixa em exemplos extremos, destacando pedidos absurdos em vez de acompanhar de perto o sofrimento de quase 50 milhões de pessoas com deficiência que não conseguem, muitas vezes, obter remédios de fornecimento obrigatório.

— Somos obrigados a entrar na Justiça para obter o que é nosso direito, porque doentes são joguetes nas mãos dos laboratórios — acusou.

Gomide agradeceu o espaço obtido em comissões do Senado, como a de Educação (CE) e de Direitos Humanos (CDH), para denúncias e debates sobre os variados tipos de deficiências, em especial as limitações ocasionadas por doenças raras, como fibrose

cística.

Na mesma linha, Lúcia Braga, diretora da Rede Sarah, agradeceu o apoio dos senadores pelos ganhos que asseguram ao hospital ano após ano, com emendas que aumentam os repasses direcionados à instituição.

— É uma honra enorme receber a Comenda Dorina Nowill. Ela mudou a visão de atenção e cuidado da pessoa com deficiência no Brasil — destacou.

O senador Roberto Rocha (PSB-MA) exaltou o exemplo de Lúcia Braga, por ela trabalhar com a ideia de que não é a lesão que define o indivíduo, mas o que lhe resta de habilidade.

— Doutora Lúcia ensinou seus pacientes a se verem a partir de suas capacidades. O foco não é o que falta, mas o que está preservado.

A viúva do homenageado Aloysio Campos da Paz, Elsita Lorlai Coelho Campos da Paz, afirmou que seu esposo foi um “combatente enérgico” ao implantar a Rede Sarah do Brasil. Ela relatou que, na semana que antecedeu sua morte, ele manifestou só querer pensar no Sarah.

— Na semana que antecedeu sua morte, comprei para ele um DVD sobre um assunto de sua predileção. Ele me disse: “Elsita, obrigado, mas não assistirei ao filme. Eu só quero pensar no Sarah”. E foi assim até o último minuto de vida — contou.

## Síndrome de Down

A arquiteta Helena Werneck, mãe de uma menina com síndrome de Down e desenvolvedora de campanhas na mídia em prol da inclusão social, agradeceu a postura do Senado de apoio às pessoas com deficiência.

— Sem essa postura da Casa, com olhar positivo em cima das pessoas com deficiência, a gente não conseguiria dar esses passos — disse.

## Previsão de aumento de votos em branco e nulos preocupa Ana Amélia

Pesquisa do Ibope que revela aumento do número de eleitores que pretendem votar em branco ou nulo nas eleições de 2 de outubro é preocupante, afirmou Ana Amélia (PP-RS). Isso revela falta de confiança nos políticos e evidencia a necessidade de mudança do sistema político, avaliou. A senadora disse que é preciso chamar a atenção do eleitor para o fato de que esses votos favorecem a eleição de pessoas não comprometidas com o interesse coletivo.

Ana Amélia também disse considerar preocupante pesquisa que revela que um em cada três brasileiros culpa a mulher em caso de estupro.

## Wellington: Congresso deve iniciar debate de reformas essenciais

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que, após as eleições, o Congresso Nacional deve iniciar os debates sobre reformas essenciais para o país, como a política, a trabalhista, a previdenciária e a tributária.

Segundo ele, é importante reduzir a carga tributária para facilitar a vida das micro e pequenas empresas.

— Em 2015, conforme a Secretaria da Receita Federal, a carga tributária chegou a 32,66% das riquezas produzidas, medidas pelo produto interno bruto (PIB). Precisamos fazer o Brasil crescer para que esta relação seja equacionada.

## Cristovam elogia proposta de reforma do ensino médio

Cristovam Buarque (PPS-DF) comemorou a reforma que o Ministério da Educação deve fazer no ensino médio, que levará em conta o gosto e a vocação dos alunos.

O senador lembrou que isso chegou a vigorar com os antigos cursos “clássico”, destinado a estudantes com preferência pela área de humanas, e “científico”, para os que preferiam as ciências exatas.

Ele ressaltou, porém, que a proposta deve vir acompanhada de meios de execução:

— Lembrem-se que, além da parte legal e da organização curricular, é preciso saber como a mudança será executada, senão vai ser mais uma lei ineficiente, morta.

## Educadora cega se dedicou a pessoas com a deficiência

Quem dá nome à comenda entregue anualmente pelo Senado às personalidades que se destacam na defesa dos direitos das pessoas com deficiência é a educadora paulistana Dorina de Gouvêa Nowill (1919-2010). Ela era cega.

Dorina perdeu a visão aos 17 anos e, mesmo assim, conseguiu estudar numa escola normal (de formação de professores primários)

e tornou-se professora. Ela criou a Fundação Dorina Nowill, voltada para auxílio aos deficientes visuais e reconhecida pela qualidade de seus livros acessíveis e de seus serviços de reabilitação.

Em 1948, Dorina trouxe para o Brasil um maquinário completo para impressão em braile. Sua fundação conta hoje com a maior imprensa braile da América Latina.

Ela se especializou em

educação de cegos em Nova York e foi presidente do Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos (hoje União Mundial dos Cegos). Morreu aos 91 anos.

A Comenda Dorina Nowill foi concedida pela primeira vez no ano passado. Entre os homenageados, figurou a deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), que é tetraplégica e atuou pela aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.